

## **Demolições da Memória de um Psicólogo Anônimo: a invasão no cotidiano por flechas do Vietnam**

Memory Demolitions of an Anonymous Psychologist: invasion in everyday by arrows from Vietnam

Luís Antônio dos Santos Baptista

Universidade Federal Fluminense

---

### **RESUMO:**

O artigo objetiva analisar os atravessamentos das tramas da história nas práticas psi. Especificamente o ensaio destaca o período da ditadura militar no Brasil e seus efeitos políticos na clínica e nas instituições da saúde mental. Pretende, à luz das categorias de cotidiano e criação de Maurice Blanchot, e das reflexões de Walter Benjamin sobre história e memória, problematizar o relato autobiográfico no qual o eu do narrador apresenta-se como o protagonista da história narrada.

**Palavras-chave:** cotidiano; memória, saúde mental, Benjamin; Blanchot

---

### **ABSTRACT:**

The article aims to analyze the crossings of the threads of history in psychological practice. The essay specifically highlights the military dictatorship period in Brazil and its political effects in clinical and mental health institutions. Supported by the everyday and the creation categories of Maurice Blanchot and Walter Benjamin's reflections about history and memory, the paper intends to problematize the autobiographical account in which the self of the narrator presents himself as the protagonist of the story told.

**Key-words:** everyday; memory; mental health, Benjamin; Blanchot

---

### **Prólogo**

Criar, inventar, verbos carregados de significados bíblicos passíveis de impingir no homem comum a missão de ser a réplica de um ente divino. Crie! Invente! Inove! – palavras que, capturadas pelo sagrado, prometem o júbilo da vitória, assim como a dor do fracasso, ao aprendiz de Deus. O cotidiano é o palco desta árdua e heróica aprendizagem.

No alto do firmamento, ou na profundidade do seu interior, o aprendiz localizaria as armas para a realização da sua meta. No capitalismo contemporâneo, encontramos na vida ordinária do homem comum o fomento a ser o empreendedor de si, o sujeito soberano das suas glórias ou fracassos; a ele, é delegado reconhecer-se como o responsável de dívidas infinitas. Tutelado pela transcendência, ou pelo mercado, aprisiona-se em si mesmo e resplandece como um Deus carente. Divindade fracassada. Esperança e culpa fazem-no ansiosamente criar. Criação solitária. Falta e dívidas turvam o olhar ao que lhe acontece no agora de um mundo sem redenção; mundo pleno de apelos inadiáveis, urgências, onde a estabilidade de qualquer coisa viva inexistente. Território do agora onde habitam cruéis profanações; perigoso lugar para quem significa criação e morte como antagônicas. Alegrias desdenhadas. O homem comum aprisionado por suas dívidas desprezaria a alegria da morte que o faria esquecer do seu atônito eu. Esquecimento dadivoso, legado por uma versão de cotidiano plena de destruições, demolições de formas e sentidos aprisionados por verdades imaculadas. Fora de si, do imponente eu, da soberana vontade, ou dos ditames divinos, não deslumbraria qualquer relevância. Das coisas mundanas, dos acontecimentos profanos, desprezaria o mérito para a sua missão sagrada. Milagres laicos aconteceriam, parcerias espreitariam, fracassos destas promessas sucederiam, mas este ávido aprendiz ignoraria. O cotidiano seria apenas o palco para a sua tarefa rumo à transcendência. As armas para a felicidade encontrar-se-iam na eternidade do si mesmo encravado na alma, ou na imensidão do longínquo. Utopias desencarnadas. Do mundo, ou do outro, teria apenas o respeito fundado em uma moral triste; a tristeza de um outro que só exigiria tolerância e fraternidade. Nada fora dos limites das suas bordas o aturdiria. O mundo finito dos afetos, dos corpos e formas estranhos ao seu território não necessitariam de atenção, não valeria a pena aliar-se para criar ou inventar com esplendor. Divindade desatenta.

Neste ensaio, apostamos no cotidiano ateu onde a missão dos aprendizes de Deus é posta à prova. Para Maurice Blanchot (2007, p. 245), “o homem cotidiano é o mais ateu dos homens. Ele é tal que nenhum Deus poderia relacionar-se com ele”. Segundo este autor, o cotidiano é o lugar perigoso, onde nenhuma entidade divina daria ao homem do dia a dia a estabilidade contida na esperança, ou na expiação dos seus pecados, para alcançar a glória. Perigoso, porque possui a “força corrosiva do anonimato humano”. Nele, aos heróis seria negada a proteção frente ao implacável poder da dissolução. Espaço de cruéis profanações.

Na potência do cotidiano nada perdura. Afirma o crítico literário francês (2007, p. 244): “O herói, não obstante homem de coragem é aquele que tem medo do cotidiano, e não porque tema viver aí excessivamente à vontade, mas porque teme encontrar aí o mais temível: um poder de dissolução. O cotidiano recusa os valores heróicos, mas isso porque recusa ainda mais: todos os valores e a própria idéia de valor, arruinando sempre novamente a diferença abusiva entre autenticidade e inautenticidade”.

À luz das contribuições de Blanchot, o homem protegido por muros, entre quatro paredes da sua existência familiar, imunizar-se-ia dos perigos do cotidiano onde nada perduraria para sempre. Pessimismos paralisantes, ou otimismo protegidos por sólidas paredes da esperança também estariam em perigo. Desejamos, neste ensaio, apostar nas demolições destas protetoras divisórias. Quais demolições?

Cenas ocorridas no período da ditadura militar brasileira serão narradas por um estratégico relato pessoal. A memória de demolições ocorridas no cotidiano ateu de um psicólogo anônimo. Memória de combates do dia a dia, atravessada e tecida pela barbárie de um passado inacabado, editado por urgências do agora. Gagnebin (1994, p.91), à luz da análise da autobiografia de Walter Benjamin na obra *Infância em Berlim*, na qual o eu do narrador recordando o seu passado não seria o foco do trabalho da memória, aproxima-se do propósito deste ensaio: “o eu que nelas se diz não fala somente para se lembrar de si, mas também porque deve ceder lugar a algo que não a si mesmo”. No vazio desta generosidade, outras histórias poderão ser desdobradas; desdobramentos inspirados nas urgências de um presente intolerável, onde deuses fracassados desprezam flechas de bambu. Quais demolições afirmariam a generosidade do anonimato?

### **Demolição I**

Cheiro de perfume barato, imagem de São Jorge, roupas envelhecidas, a música de Vicente Celestino misturavam-se à atmosfera circense que fazia parte do cenário; mesclavam-se ao texto forte e corrosivo de Oswald de Andrade. O Rei da Vela, dirigido por Zé Celso Martinez Correa no teatro João Caetano, era encenado de modo particular: luta de classes, a decadência dos latifundiários, sexo, valores burgueses, um Brasil debochado apresentava-se ao público de forma nunca vista por aquele garoto do Méier, subúrbio do Rio de Janeiro. Zé Celso misturava, devorava

antropofagicamente o que o mundo então oferecia, para devolvê-lo à platéia desconcertando o público; ofertava uma poesia suja, que não permitia em nenhum momento a tranqüilidade do reconhecimento da chamada realidade brasileira. As análises políticas da academia, ou da esquerda da época, sobre as mazelas do país não encontravam eco no palco repleto de circo e de uma cortante ironia. O inquieto diretor trazia o lixo da indústria cultural, o desejo, o embate entre classes sociais, o corpo, como protagonistas das tramas da nossa história. O estranho Brasil encenado aturdia. Trêmulo, não conseguia levantar da cadeira ao final do espetáculo. Dentro do ônibus, rumo ao subúrbio, constatava surpreso, que arte também desconcertava; neste dia comecei a indagar sobre a hierarquia das chamadas questões prioritárias. Forma e conteúdo, estética e política recusavam a separação; anunciavam o poder desestabilizador da arte. Este passado do final da década de sessenta até hoje não acabou. Virou obra aberta.

No Tuca, poucos anos antes, Caetano Veloso gritava enraivecido um discurso no festival da canção. É Proibido Proibir, o lema das barricadas de maio de 68 em Paris, era musicado ao som das guitarras. A canção foi efusivamente vaiada pela platéia estudantil da PUC de São Paulo; os estudantes torciam pela MPB. Caetano furioso dizia à platéia: "Se o que vocês sabem de política é igual ao que vocês sabem de estética, então vocês não sabem nada! Eu digo sim ao sim, eu digo não ao não. Viva Carmem Miranda! Viva Cacilda Becker!" Os jovens da PUC vaiavam e olhavam com desprezo para o "lixo do imperialismo" interpretado pelo compositor baiano. Música de Protesto queriam eles, e Caetano fazia um discurso atrevido que ninguém entendia, ou não desejava entender.. Os militantes do movimento estudantil torciam por canções sobre carro de boi, viola, exclusão social, fatos e signos da raiz brasileira, e outras essências da chamada latinidade.

A frase raivosa "Viva Cacilda Becker!", o choque de Rei da Vela, a encenação da peça Nas Selvas da Cidade, de Brecht, dirigida também por Zé Celso, o tropicalismo, o Bandido da Luz Vermelha na cinemateca do MAM, e outras coisas mais, desconcertavam os padrões estéticos da "inteligência" da época; incitavam-me perguntas e uma grande atração por algo desconhecido. Raízes e essências da cultura brasileira perdiam gradativamente a força das suas verdades. Não sabia muito bem o que estava

acontecendo, mas o cheiro de circo, a poesia e o pensamento sujo, maldito, entravam pelo corpo deixando cicatrizes. A ira apaixonada no palco da PUC indicava-me o turbulento embate entre ética, estética e política. Iniciava a desconfiança sobre o conservadorismo de certa esquerda. Rumores tímidos de uma demolição faziam-se ouvir.

No Colégio Estadual do subúrbio do Rio, o movimento estudantil explodia. O golpe militar iniciava o seu percurso. Política, corpo e desejo mesclavam-se, atravessados pelos efeitos da barbárie que mudava a cara do Brasil. A participação nos festivais de música e no teatro do colégio ofertava-me o oxigênio necessário para enfrentar a ditadura que iniciava. Textos para teatro eram escritos pelo garoto que um dia tremeu quando assistiu ao Rei da Vela e emocionou-se com a fúria do Caetano Veloso; produção criada, conspirada, nos bancos do jardim do Méier próximo ao colégio. À noite, depois da última aula, o grupo "esquisito" reunia-se e aprontava idéias não muito bem-vistas pelas famílias de classe média, assim como pelos garotos militantes do grêmio. Tadeu, Vera Kelene, Waldir, Vera Maconha, Malvina, entre outros, faziam parte do bando de aprendizes de artistas que desconfiava da Revolução sem aquelas coisas que Caetano, Zé Celso, Torquato Neto, Sgarzela, Rolling Stones e outros criavam. Sexo, desejo, drogas e arte compunham o que acreditávamos dever ser incorporado ao Sonho Revolucionário. Os dirigentes do grêmio não nos levavam muito a sério; para eles, isso tudo não era questão prioritária, e nós, um bando de malucos que não sabia nada de política. Nas conspirações noturnas experimentávamos mesclar sonhos libertários, nossos corpos e utopias em um mesmo projeto. Para os viris militantes do grêmio, éramos um bando ingênuo e pervertido. Na conspiração noturna da praça, desconfiávamos da militância quase militar dos colegas do grêmio; eles não gostavam de homens, ou mulheres, que desejassem o desejo sem nome. A militância requeria uma robusta virilidade.

Anita, a professora de Psicologia do 2º ano colegial, falava sobre a guerra do Vietnã. O tema da aula era motivação; a professora informava que os vietcongs ganhavam a guerra usando armas simples como as flechas dos bambus extraídos da selva; dizia ela que eles ganhavam a guerra movidos pela vontade de resistir à invasão americana, e não pelo uso da tecnologia sofisticada da indústria bélica. Aquilo me deixava inquieto. O tema sobre motivação não me interessava. Os vietcongs, como Zé

Celso no teatro circense, Caetano no tropicalismo e outros poetas e cineastas malditos, seriam guerreiros que utilizavam recursos do dia a dia, coisas simples transformadas em outra coisa; o cotidiano, sem insuflar nenhum heroísmo, fornecia os instrumentos de combate. A invenção tinha como matéria-prima o que estava ao redor. O bambu virava flecha, o jovem camponês virava guerreiro apropriando-se do que estava no mundo em que eles acreditavam. Os guerreiros transgrediam os limites da matéria, inventavam outros sentidos nos embates. Armas que apodreciam com o tempo; artefatos produzidos pela criação humana atenta ao que o mundo dispõe; disponibilidade infinita, insuflada pelos apelos de sofrimentos intoleráveis. Os vietcongs usavam armas que feneciam. À semelhança de Zé Celso, transfiguravam os limites da realidade para a luta. Depois dessa aula e de outras, das conspirações no banco da Praça do Méier, resolvi cursar Psicologia. As flechas dos vietcongs eram de bambu, a guerra poderia ser feita de outra forma. As armas apodrecem, mas a criação persiste. O aprendiz de vietcong iniciava os seus combates.

## **Demolição II**

Um ano antes do meu ingresso, vários professores do curso de Psicologia foram demitidos por razões políticas. A ditadura mostrava a sua cara não só nessas demissões, mas também nas faixas estendidas no pátio da Universidade particular; nas letras escritas em cores fortes lia-se: "Liberdade dentro da Lei", "Ordem e Disciplina"; um cheiro autoritário convivia harmonicamente junto à expansão dessa empresa de ensino privado. Um curso inicialmente sem nenhuma novidade, professores tradicionais, turmas cada vez maiores e o investimento empresarial crescia lado a lado aos anos de chumbo. Os delatores, informantes da ditadura, infiltravam-se nas salas de aula. Alguns colegas da militância organizada foram presos e torturados. Medo e silêncio desafiavam a coragem conquistada nos bancos noturnos dos anos anteriores. As flechas do Vietnam apareciam em sonhos turbulentos.

Naquele ano me juntei ao grupo de teatro do curso de Psicologia; novas descobertas aconteceram. Os ares da vanguarda, do teatro experimental, chegavam à

pesada Universidade. Dirigido por um profissional escolhido por nós, contratado pela Universidade, iniciamos a criação de um texto coletivo; os exaustivos ensaios, o convívio diário, as leituras de Artaud fizeram dos atores-alunos um bando cúmplice e inseparável. Depois de um ano, a estréia. A alegria desse momento, a realização de um trabalho de meses de ensaios nos amenizava o ar pesado da universidade. Os alunos do Direito, truculentos rapazes do CCC local, vaiavam e agrediam com palavrões os atores em cena. O nervosismo dos estreates, o incômodo da platéia, não impediram que o espetáculo fosse até o final. Ouvíamos palavrões, ameaças, mas prosseguimos. No dia seguinte, o vice-reitor falou o seguinte para o grupo: "Este teatro não é digno desta Universidade; ou pagamos o diretor e expulsamos vocês, ou então este subversivo não recebe nada. Vocês estão proibidos de fazer qualquer coisa aqui. Estou decepcionado e chocado". A viagem para várias cidades do sul do país foi cancelada. O grupo foi denunciado por um aluno de Psicologia; um dedo duro humanista, apaixonado por meditação oriental, informou ao reitor que éramos um bando de drogados e pervertidos, segundo ele, uma vergonha para a Psicologia. O teatro acabou. Deprimido, o grupo tomava novo rumo. A ditadura tentava destruir os nossos sonhos. Mais uma luta. Cecília Coimbra e Jose Novaes, alunos do turno da manhã, eram violentamente torturados. O apelo por novas flechas atravessava o cotidiano do bando de malucos.

Santa Tereza foi o bairro que abrigou e serviu de refúgio para que novos projetos e aventuras fossem tramados; no velho apartamento da Rua Hermenegildo de Barros, vivendo em comunidade, a vida dos aprendizes de ator e de psicólogo nunca mais foi a mesma. Foram momentos de muitos afetos, de cumplicidades, que quase provocaram no grupo o sentimento que a barbárie do golpe estivesse somente do lado de fora. Na inquieta comunidade, os onze refugiados viveram alguns anos em completa liberdade enclausurada, entre as paredes do apartamento onde os móveis, incensos e velas coloridas faziam parte do cenário em que se experimentava tudo. Anjos tortos da Rua Hermenegildo de Barros ainda ensaiavam voar. Apesar do experimentalismo, da criação diária, da produção artística carregada de rebeldia, o grupo na liberdade das quatro paredes caía numa cilada. Sem percebermos éramos atados, presos às identidades; tínhamos compromissos religiosos com o maldito, selecionávamos rigorosamente quem poderia entrar e assistir as nossas peças, festas,

e mais uma vez os anos de chumbo mostravam as suas garras. Ficamos indiferentes ao resto do mundo, convivendo fraternalmente numa solidão comunitária. Este passado cheio de perguntas, solidão e muita festa, namoros, cumplicidade e identidades sufocantes deixou matérias vivas que, junto às conspirações do banco do jardim do Méier, produziram forças que incitam fabricar, até hoje, armas que fenecem com o tempo. No início dos anos setenta, a formatura. Mortes e torturas continuavam. A sala de aula desafiava-me para outros embates.

Cecília Conde eu conhecia do caderno B do Jornal do Brasil. Foi a diretora musical premiada da peça *Hoje é Dia de Rock*, texto de Zé Vicente, grande sucesso do Teatro Ipanema. O curso de musicoterapia, em nível universitário, criado por Cecília, tinha propostas ousadas para o início dos anos 70. Além das aulas de Psicologia, participava da disciplina denominada pesquisa de atividades expressivas, coordenada por Ilo Krueguer, artista plástico chileno. Esta disciplina tinha como objetivo pesquisar técnicas de criação através de recursos teatrais, escultura, pintura, entre outras, que possibilitassem ao aluno pensar a arte como modalidade singular de conhecimento. A presença de um profissional psi, segundo a direção do curso e a expectativa dos alunos, justificava-se no apoio psicológico em função da mobilização emocional desencadeada pelos exercícios propostos. O trabalho em parceria com Ilo me fez perceber diferentes matizes políticas do psicólogo; nas avaliações das tarefas coletivas desenvolvidas pela turma, como pintura, desenho ou histórias dramatizadas, surgiam certos impasses nas tarefas sugeridas. Quando solicitados a comentar sobre o que produziram, eles tendiam a interpretar o resultado pela vivência individual; caricaturas do linguajar psicanalítico, conteúdos simbólicos, confissões pessoais, liberações de emoções; o grupo transformava-se em uma sessão de terapia, e eu não sabia o que fazer. A presença do eu sinto, eu acho, eu vivi, eu recordei tomava conta da sala. Os alunos registravam a experiência criativa pelo caminho terapêutico e um grande vazio se instalava no grupo.

A cumplicidade nas aulas junto ao coordenador, cumplicidade fundamentada por nossas histórias de vida e projetos políticos, gerava justamente o contrário do apoio e autoconhecimento psicológico pretendido. O amigo chileno fortalecia minhas intervenções que apontavam para o ressecamento da experiência através da

psicologização do ato criativo; ressecamento que configurava à criatividade um sentido carregado de individualismo, de exposições de emoções sem força. O temor do enlouquecimento ou desestruturação psíquica pela arte, temor da direção e de alguns alunos, era uma grande armadilha. Junto ao provocador amigo chileno, apaixonado por teatro de marionetes, que não entendia a arte como lugar exclusivo do simbólico, aprendi muitas coisas. Ilo ensinava-me que o grupo desprezava a riqueza demolidora do cotidiano; os futuros musicoterapeutas desdenhavam os afetos provocados pelos objetos utilizados nos exercícios. A psicologização do dia a dia ocupava os espaços da classe média na ditadura. O eu era a experiência possível. A tortura prosseguia. Ilo apresentava-me a crueldade da arte. Descobria com o amigo chileno a matéria-prima do artesanato de flechas de bambu.

### **Demolição III**

1974, o ano da formatura. O apartamento da Rua Hermenegildo de Barros abrigava os psicólogos recém-formados, alguns agregados e muita confusão. O refúgio da solidão comunitária começava a desabar. Os militares ainda persistiam, e, pelo mundo, iniciavam-se rumores de uma sentença única que declarava que o sonho tinha acabado. Brigava-se por qualquer coisa no velho apartamento: a manteiga da Marisa que sumiu, o discurso panfletário do namorado da Telma, o brinco da Aline que desapareceu, o arroz integral do Elias que comeram, a irritação da Luzia pela visita que não foi convidada, os namoros roubados, o baseado sumido, a paz sumida, a criação sumida, a ingenuidade sumida e a cumplicidade em pedaços.

Pouco a pouco aquele lugar virava pouso para fim de semana. No mesmo ano mudei de endereço e decidi me preparar para o mestrado. Os móveis de peixe de vidro quebraram, as cestas de palha ficaram vazias de roupas, os livros foram embora da estante de tijolos, o refúgio de Santa Tereza dos bucólicos bondes se esvaziava gradativamente. Iniciava o mestrado. Carreira acadêmica, consultório e novos ares. Caía mais uma parede. Estava posta a terceira demolição.

Formados, vivendo a sentença decretada que o sonho tinha acabado, resolvemos esquecer o passado próximo. As roupas de batique e as sandálias de couro foram guardadas no armário, virando peças de museu. O que vivemos e o

que fizemos não eram lidos como obra aberta, e sim como um equívoco, um período juvenil cheio de carências e cenas primárias não resolvidas, deixadas para trás; trazê-lo de volta, só através de transferências e regressões da análise ou nas psicoterapias corporais em que alguns resistentes do grupo ainda ousavam acreditar. Crises para todos os lados; no país, na classe média consumidora do milagre econômico, todos se tratavam. Mulheres descasadas, drogados, subversivos, homossexuais, hippies, rebeldes, procuravam a luz oferecida pela Psicanálise. Uma outra sentença era decretada: para ter paz e crescimento, conheça seu inconsciente. A tortura nos quartéis prosseguia. Os consultórios enchiam-se, no apartamento só restaram dois sobreviventes, o passado virava urna ingênua recordação, e nós agora usávamos novas roupas, outros perfumes, estampando no rosto a cara de um determinado Brasil.

"Sabe por que venho vê-lo, doutor Pavlovsky? Não por mim, mas por minha irmã. Creio que é preciso interná-la, creio que está louca'. Foi contundente. A verdade é que ouvi pouco, porque tinha olhos azuis e era muito bonita. Tenho um problema com os olhos azuis. Então tossi... para ganhar tempo. Disse-lhe: 'Hum, pode repetir? ' Disse-me: 'Minha irmã está louca, doutor; quer dizer, faz coisas de louca'. Senti que começava a situar-me no papel de psicoterapeuta. Abriu a bolsa e extraiu um envelope e me disse: 'Aqui lhe trago um eletro-encefalograma'. Cagamos, pensei, porque, para mim, um eletro-encefalograma é algo realmente misterioso. Eu não poderia traduzir em palavras as coisas que sinto de um traçado eletro-encefalograma, é algo realmente misterioso. (...) Encontrava-me diante de uma série de riscos e o olhar dela... Senti-me muito idiota. Na realidade, compreendi que meu primeiro gesto foi o de impostor. Eu devia ter-lhe dito, de saída, que não entendia nada disto, que nunca me interessou nada. Mas o primeiro gesto me levou ao segundo e já não podia recuar. (...) 'Venho para o senhor porque, em casa, confiamos no senhor, doutor'. Eu me sentia morrer. Houvera desejado desaparecer. Então, senti que me ruborizava. 'Que opina, doutor'. 'Bom, bom - disse-lhe eu - preferiria escutá-la primeiro'. Dei dois olhares técnicos, como fixando algum ponto particular do traçado, e o enfiei no envelope."

Esse fragmento do inquieto artigo de Eduardo Pavlovsky foi de grande importância nos angustiantes momentos desta demolição; um marco fundamental nos primeiros passos do percurso de trabalho clínico. Um terapeuta expondo-se, dizendo o não dito da sessão, ironizando a transferência e a contratransferência, comunicando internacionalmente seus medos e dúvidas, fragilizando-se sem pieguice, apontava para uma concepção singular da atividade terapêutica, dando-me ânimo para realizar o trabalho em consultório particular. A contribuição desse artigo incomodava o pesado ar das instituições de psicanálise, pretensa gerente da vida e da pele da classe média brasileira jogada na lucrativa e cínica "crise de identidade". Esvaziando e despolitizando o cotidiano, os atores sociais se convertiam em rebanho em busca do autoconhecimento guiado pelos pastores dos mistérios do inconsciente. A peste anunciada por Freud em sua chegada na América, alertando sobre os perigos da psicanálise para a burguesia americana ansiosa por novidades, virava coca-cola nos cursos de psicologia e na zona sul da cidade. O artigo de Pavlovsky trouxe-me uma outra peste, não tão refrescante e saborosa.

Esse artigo foi publicado no Brasil em 1973 pela editora Vozes, no livro *Questionamos*, publicação geradora de férteis polêmicas na comunidade psi. Fundamentando-se em Freud e no marxismo, estes autores marcaram presença nas reflexões dos psicólogos da minha geração.

Ao trabalhar em consultório atendendo adolescentes, procurei supervisão. Através de informações de amigos, soube de um psicanalista diferenciado, questionador, músico e terapeuta de adolescentes. O grupo da supervisão era composto de jovens senhoras psicanalistas bem-nascidas, e eu, o mais moço em idade e experiência. Falando educadamente, semblantes sérios, vozes doces e suaves, as companheiras de atividade discutiam os seus "casos". O supervisor, sentado em uma grande poltrona, era disputado em atenção pelo grupo que, a partir de certo momento, descobri ser um sarau. Com o tempo, tornou-se difícil estar ali, naquele lugar perfumado onde o mundo em seus contrastes, paradoxos, contradições ficava de fora. O percurso de minha casa até o consultório do supervisor, apesar de perto, tornava-se penoso. Impregnado pelo

momento, entendia essas emoções como angústias a serem trabalhadas em minha análise.

Nos encontros das quartas-feiras, os "casos" eram levados parecendo saídos dos livros. Os clientes das companheiras eram ricos em material a ser trabalhado. Nos encontros clínicos, o brilhantismo da sessão através das narrações de cada detalhe, da intervenção adequada, do enigma decifrado, da frase poética construída nas interpretações, fazia brilhar os olhos de todos. Eu, no meu canto, não conseguia entender o porquê das minhas sessões serem tão banais. Os meses foram passando, certo dia percebi o macete das psicanalistas que tornava as sessões fascinantes relatos do inconsciente. O supervisor, por estar sem horário, indicava clientes para os supervisandos, e, dessa forma, tinha-se que demonstrar criatividade, saúde mental e talento. O "caso" da supervisão era outro; além de sarau, freqüentávamos também uma pequena empresa. Aquela casa, por mais que quisesse, não escapava das coisas lá de fora. Os atravessamentos eram vistos como ruídos ou fatos a serem tratados nas análises pessoais. Pavlovsky e suas indagações não entravam na sala confortável. As paredes começavam a estalar; estava próxima a terceira demolição. Na volta para casa, sentia saudades da turma esquisita do Méier, dos filmes do Glauber, do teatro do Zé Celso, do discurso do Caetano no TUCA, da companhia do Ilo na musicoterapia, das noites do teatro no velho apartamento de Santa Teresa, da comunidade sem solidão, e de muita coisa que não se enquadrava na poesia limpa, levemente angustiada, blasé, cuidadosamente moderna e profunda daquela psicanálise. Por um momento decifrei essas saudades como falta, uma nostálgica volta ao tempo idealizado, mas não era; a concretização dos sonhos e utopias que ficaram pela metade apelava para um novo texto, um novo presente. Minha história desejava mostrar sua força e me tirava daquele triste sarau. "Viva Cacilda Becker!", gritava em silêncio quando abria a porta de casa.

No ano seguinte, um forte acontecimento inaugurava nova marca **em** minha história: o trabalho **no** Hospital Colônia. O convite consistia em trabalhar junto às estagiárias de Psicologia; recusei supervisionar atendimentos psicoterápicos individuais aos internos. A ênfase na grupalidade, as experiências das comunidades

terapêuticas que começavam a ser implantadas no Rio, as questões institucionais presentes no referencial teórico utilizado fundamentaram tal decisão. Encontrava-me seduzido pela produção teórica de Pichon-Revier sobre grupo operativo, referencial que articulava psicologia social, psicanálise e marxismo. Decidimos trabalhar com a enfermagem. Planejamos o grupo tendo um estagiário como observador. A direção do hospital e a chefia da enfermagem, cientes do nosso projeto, abriram as portas para a nova tarefa. Desconfiados, marcamos o primeiro encontro. Sabíamos que não seria fácil, mas o entusiasmo de nossas teses libertárias nos levou adiante.

Entramos na sala e todas as cadeiras estavam ocupadas. Os auxiliares de enfermagem, e nós, trazíamos no rosto a tensão do primeiro encontro. Informamos sobre os objetivos do grupo e iniciamos o contrato. Depois de uma tímida apresentação, propusemos que falassem sobre o dia a dia do hospital, sobre dificuldades com os pacientes, e nada aconteceu. Sem esquecer que estávamos em um grupo operativo, esclarecemos a tarefa e clarificamos superficialmente o que possivelmente estava acontecendo. Apesar do silêncio, ficamos satisfeitos, todos compareceram. No segundo encontro, silêncio. No terceiro, silêncio e alguns risos nervosos. No quarto, silêncio; a nossa tensão aumentava. No quinto, silêncio. No sexto, quando perguntávamos alguma coisa, respondiam laconicamente e voltavam à mudez. Estava acontecendo alguma coisa. Seria a técnica?

Certo dia uma auxiliar de enfermagem me procurou, o mistério foi desvendado: a enfermeira chefe tinha indicado uma pessoa de sua confiança no grupo para lhe passar informações, tudo o que acontecesse teria que ser informado nos mínimos detalhes. Quem faltasse ou chegasse atrasado teria o ponto cortado. O informante fazia um relatório no "livro negro" da administração do hospital. Neste livro eram anotadas as irregularidades dos funcionários. Todos estariam rigidamente vigiados e não poderiam faltar ao grupo. "Como é que eu vou falar que tenho vontade de esganar a paciente? Eu perco o emprego", disse nervosa pedindo que guardasse segredo. Outro integrante me procurou e informei-lhe que, se fosse questão do grupo, nós conversaríamos mais tarde naquele espaço, mas ele

insistiu em falar no gabinete. Nervoso, desabafou: "Fui dar uma injeção num maluco e ele me cuspiu na cara, senti vontade de matar, mas me controlei, só dei uns tapas. Ganho um salário miserável, moro longe, acho que era melhor quando trabalhava como servente. Agora só mudou a cor do jaleco, de azul passou pra branco, o salário é igual e nós temos que aturar isto. Se eu falar na reunião, vou pro livro preto e perco o emprego. O senhor entende?"

Depois dessa atividade, constatamos que não bastavam as teses libertárias ou a consciência tranquila das boas intenções ideológicas, mas a urgência da atenção, o olhar atento às interpelações do dia a dia institucional, às banalidades, ao sem importância. As banalidades do cotidiano do hospício colocavam-nos num campo de forças que interferia e interrogava os saberes que usávamos como se não estivéssemos em guerra. O Hospital Colônia nos ensinava a força política das estratégias e da inventividade. Novas flechas de bambu atravessavam aquele lugar da barbárie.

O último trabalho realizado no hospital foi o grupo de teatro com os pacientes. Durante pouco mais de um ano, reuníamos-nos semanalmente, realizando exercícios de criatividade, de expressão corporal, conversando sobre fatos do dia a dia na tentativa de vitalizar o torpor que o cotidiano medicalizado lhes conferia. A escolha pelo grupo feminino foi determinada pela existência do muro no fundo do hospital. As mulheres habitavam os fundos do manicômio; eram muitas em um pequeno espaço. Após alguns meses, percebemos que a ausência dos homens mantinha a existência do muro e a infantilização das internas. A entrada masculina no grupo de teatro causava sérios transtornos à rotina do hospital. O comportamento das mulheres mudava; iniciava um processo, talvez longo, de recuperação política do corpo, e de muito mais coisas. Gradativamente essas mulheres, na maioria internadas há cinco ou dez anos, começavam a incomodar a administração do hospital. Pressionada pelos médicos e pela enfermagem, a gerência sugeriu a saída das mulheres, ficando um grupo pequeno de internos. Certo dia o teatro acabou. Os psiquiatras das mulheres-atrizes afirmaram que as pacientes pioraram, estavam agitadas, eufóricas. O muro daquelas mulheres não poderia ser demolido. Nós não sabíamos o que fazer naquele lugar que lucrava financeiramente com a política econômica da ditadura. A tortura dentro e fora do hospício persistia.

Olhando certo dia um paciente mulato baiano cantar no salão vazio da antiga sala do teatro, lembrei de histórias do passado; voltavam intensivamente. Este homem cantava no grupo músicas do seu passado no interior da Bahia. O teatro acabou, mas ele insistia. O dedo duro do grupo da faculdade, o vice-reitor agora usava branco, e mais uma vez proibia a viagem do teatro para outros lugares. No final desse percurso no hospício, o ontem se refazia; o banco do Jardim do Méier, a comunidade da Rua Hermenegildo de Barros, as aulas da musicoterapia eram refeitos através das urgências que aqueles internos solicitavam quando podiam. Nessa última experiência conheci de perto a violência contra o desejo, conheci a loucura em mulheres que tinham corpo e país e que lutavam às vezes sem êxito para ter história. O contato com aqueles homens e mulheres sem dentes, fedorentos, ajudou a rachar algumas paredes. A ditadura mostrava suas garras na nossa impotência. O mulato baiano que insistia em cantar, apesar de tudo, apresentava-nos a selva plena de bambus apodrecidos à espera de armas por vir. Outra demolição estava próxima.

### **Epílogo**

No início dos anos oitenta o Brasil começa a mudar a cara. Os exilados retornam. Os movimentos sociais proliferam. A subjetividade, a loucura, o trabalho, o desejo entram na pauta das lutas que anteriormente os ignorava. A história destroi impiedosamente o tempo dos calendários. O cotidiano sagrado persiste. Os torturados mudam de rosto. Torturadores também. O capitalismo continua a fomentar dívidas. Demolições e aprisionamentos acontecem. Profanações à sacralização do mercado insistem. O passado não está morto no cotidiano ateu. As flechas de bambu apodreceram, mas não o que as produziu. Cecília Coimbra e Jose Novaes, alunos do turno da manhã, persistem na confecção de armas que fenecem; a tortura não os impediu de dizer sim à vida. Nos corpos destes antigos colegas de universidade, torturados pela violência do Estado, estamos presentes como cicatrizes anônimas. Mulatos cantantes, Zé Celso, os anjos tortos da Rua Hermenegildo de Barros, o banco do jardim do Méier, a arte suja de mundo ao lado da fúria da memória continuam gritando Viva Cacilda Becker. A generosidade da história anônima aposta na disponibilidade infinita da criação quando a barbárie é insuportável.

Luís Antônio dos Santos Baptista  
Professor Titular da Universidade Federal Fluminense  
E-mail: [baptista509@gmail.com](mailto:baptista509@gmail.com)

### **Referências**

- BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita 2*. São Paulo: Escuta 2007.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- COIMBRA, Cecília. *Guardiães da Ordem. Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- LANGER, Marie. (org). *Questionamos 1*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.